

Carlos Ranulfo Melo  
Felipe Nunes

# IDEOLOGIA E DISTÂNCIA DE PREFERÊNCIAS

## UMA COMPARAÇÃO DOS GOVERNOS LAGOS E LULA

Chile e Brasil são os dois casos mais bem-sucedidos de governos de coalizão na América Latina. O sucesso contraria o pessimismo de parte considerável da literatura (Mainwaring, 1993; Mainwaring, Shugart, 1997; Linz, 1991; Linz, Valenzuela, 1994; Sartori, 1996) que aponta o sistema de independência mútua entre os poderes ou sua combinação com o multipartidarismo como conducente a situações de governo dividido e de paralisia decisória. Ao contrário, a história recente dos dois referidos países tem mostrado que o presidencialismo de coalizão pode ter vida longa e que os presidentes eleitos são capazes de articular e manter uma base de apoio no Congresso aprovando, dessa maneira, parte substancial de sua agenda (Figueiredo, Limongi, 1999; Siavelis, 2002; Maureira, 2007).

Este trabalho procura comparar os dois casos mencionados, tendo como foco de análise uma dimensão que, de acordo com a literatura especializada, se mostra crucial para a conformação e para as dinâmicas dos governos de coalizão: a distribuição das preferências políticas entre os diversos atores dotados de relevância no interior do processo decisório. Segundo a literatura (Krehbiel, 1997; Lijphart, 2003; Cheibub *et al.*, 2002; Inácio, 2006), a consideração das preferências permite avançar para além da noção de coalizões minimamente vitoriosas (Riker, 1962), seja qualificando-a no sentido de que a melhor alternativa ao partido formador é ampliar sua base de apoio com partidos ideologicamente conexos, seja “ultrapassando-a”, no sentido de que

a incorporação do legislador mediano ou do(s) partido(s) pivotal(is) pode tornar menos importante a questão do número de partidos.<sup>1</sup>

Como *proxy* de tal distribuição serão utilizadas: (a) a distância ideológica entre os partidos parlamentares; e (b) a relação entre a variável ideologia partidária e as atitudes dos parlamentares, tais como verificadas em *surveys* aplicados aos congressistas de ambos os países. Serão utilizados os dados disponibilizados pelo Projeto Elites Parlamentares Latino-americanas (PELA), conduzido pela equipe de pesquisadores da Universidade de Salamanca (Alcántara Saez, 2006). Como no Brasil o *survey* foi aplicado pela primeira vez na legislatura 2003/2007, a comparação se limitará aos períodos correspondentes aos Governos Lula e Ricardo Lagos (legislatura 2002/2006).<sup>2</sup>

Este texto está estruturado da seguinte maneira. A próxima seção é dedicada a uma comparação do contexto político e institucional no interior do qual as coalizões de apoio a Lula e Lagos operaram. A seguir são apresentados e discutidos os dados referentes ao posicionamento ideológico dos parlamentares e de seus partidos nas legislaturas especificadas. Na terceira seção, procura-se avaliar a relação existente entre a variável ideologia partidária e as atitudes dos congressistas expressas por meio de respostas a um grupo selecionado de perguntas. Ao final são tecidas algumas considerações a título de conclusão.

## Coalizões no Brasil e no Chile

Constituir e fazer funcionar de forma eficaz um governo de coalizão significa lidar com um contexto de interação entre partidos cuja complexidade varia a depender de como se combinam diversos aspectos do sistema político. Para uma comparação entre Brasil e Chile, pelo menos três fatores merecem ser analisados: a dinâmica do conflito político-eleitoral; as regras que estabelecem a distribuição de recursos e poderes no interior do processo decisório; e o número de atores envolvidos no jogo parlamentar, com destaque para os ativos por eles controlados e a distância entre suas preferências. Utilizando a formulação de Inácio (2006), a maneira como tais fatores se combinam permite entender o grau de “atratividade da coalizão governativa” e a “competitividade das oposições” em um determinado contexto.

O primeiro aspecto a ser destacado consiste na dinâmica do conflito político-eleitoral. Apontando para um aspecto que não tem sido destacado pela literatura, mas que na comparação aqui realizada importa, trata-se de perceber que coalizões governativas podem ser o resultado de negociações

que se desenvolvem de modo relativamente independente no interior do legislativo, ou podem estar condicionadas pelas condições institucionais e/ou políticas sob as quais se desenvolve a disputa eleitoral. Coalizões de governo que emergem das urnas e que são simbolicamente identificadas pelos eleitores tendem a ser mais efetivas do que aquelas cuja existência é apenas congressual.

Nesse sentido, uma comparação entre as coalizões de apoio a Lula e Lagos deve começar lembrando que, desde a redemocratização, o processo de constituição das coalizões no Chile é formado por dois aspectos que antecedem a dinâmica legislativa. Por um lado, a vigência de sistema eleitoral binominal com lista aberta e “prêmio” para a segunda lista – sistema imposto pelo general Pinochet, após a derrota no plebiscito de 1988 – incentivou os partidos a disputarem de forma coligada as eleições, sob pena de serem sub-representados na transformação de seus votos em cadeiras. Desde 1989, duas grandes coalizões monopolizam o cenário eleitoral e parlamentar – ainda que a coalizão conservadora tenha trocado de nome – e aqueles que optaram por disputar as eleições em faixa própria, como o Partido Comunista, deixaram de alcançar representação congressual.<sup>3</sup> De acordo com Carey (2002) e Alemán e Saiegh (2007), o arranjo institucional pós-1989 teria se imposto às antigas divisões sociais e produzido um quadro substancialmente distinto da experiência anterior a 1973. Ainda que os partidos mantenham suas identidades e se distribuam de forma coerente ao longo do contínuo esquerda-direita, o sistema partidário, nos planos eleitoral e parlamentar, agora se estrutura de forma bipolar, com duas coalizões claramente distintas e sem um centro claramente identificável.<sup>4</sup> Por outro lado, as coalizões assim constituídas não podem ser caracterizadas como uma mera resposta de caráter pragmático ao arranjo eleitoral. A longa duração e a brutalidade do regime militar marcaram a sociedade chilena e estabeleceram uma clivagem entre os que apoiaram e os que se opuseram ao general Pinochet. Contrariando a opinião de Valenzuela e Scully (1997) e de Valenzuela (1999), para os quais as clivagens tradicionais do Chile se mantêm e a divisão autoritarismo/democracia seria resultado de uma conjuntura política específica e, portanto, uma divisão passageira, para Torcal e Mainwaring (2003), este seria o fator responsável pela estruturação do sistema partidário a partir dos anos 1990, superando em importância as questões relativas a classe e religião.

No Brasil, ao contrário, as coligações eleitorais não costumam guardar relação com as coalizões governativas. Por um lado, a combinação de um sistema de representação de lista aberta com um arranjo federativo descentralizado propicia aos partidos um leque mais amplo de escolhas no que se refere aos objetivos a maximizar. Não apenas é relativamente fácil, dada a representação proporcional, para partidos pequenos e médios chegarem ao

Congresso e até mesmo para o fazerem em posição relevante (no sentido conferido por Sartori [1996] ao termo), como é possível que um partido ocupe a posição de maior bancada do Congresso sem nunca ter priorizado a disputa pela Presidência da República: o PMDB tem se mantido na condição de partido pivotal no Congresso Nacional graças a seu bom desempenho nas eleições estaduais e ao impacto dessas últimas sobre o número de deputados federais eleitos. Ainda que o PT e o PSDB tenham se firmado como os principais protagonistas das disputas presidenciais e com isso conferido certo grau de estruturação ao sistema partidário (Melo, 2007), nenhum dos dois logrou governar com coalizões que reproduzissem as coligações eleitorais. Por outro lado, é preciso levar em conta que o atual sistema partidário brasileiro surgiu sem praticamente nenhuma vinculação com o quadro existente no período democrático pré-1964 e sem amarras que ajudassem em sua formatação. Se o sistema partidário inaugurado em 1945 havia se estruturado em torno da disjunção getulistas/antigetulistas, o que surgiu em 1982 não pode se ancorar, ao contrário do chileno, na clivagem autoritarismo/democracia. A explicação para tanto pode ser encontrada não apenas na menor profundidade social das feridas provocadas pela ditadura, mas também nas características da transição realizada: um processo cuja longa extensão temporal e cujas regras vigentes – com a manutenção do Colégio Eleitoral criado pela ditadura – resultaram “em uma reabilitação política da direita autoritária, seja sob a forma de sua transferência para partidos de centro e esquerda, seja na participação em todos os gabinetes presidenciais, desde a redemocratização” (Marenco, 2007, p. 101).

O segundo ponto diz respeito às regras que estabelecem a distribuição de recursos e poderes no interior do processo decisório. A natureza e a extensão dos Poderes legislativos do Executivo, combinados com a maneira como se distribuem direitos e recursos no interior do Legislativo, são fatores que interferem na decisão dos partidos sobre integrarem ou não uma coalizão, e incentivam estratégias cooperativas entre partidos coligados e entre líderes e deputados (Shugart, Carey, 1992; Figueiredo, Limongi, 1999, 2007; Amorim Neto, 2000; Chasquetti, 2001; Santos, 2003).

Os presidentes do Chile e do Brasil possuem expressivos poderes constitucionais, ainda que no caso chileno tais atributos – área de iniciativa exclusiva, poderes orçamentários, prerrogativa de solicitação de urgência, poder delegado de decreto e convocação extraordinária do Congresso – sejam utilizados de forma moderada, graças à situação de “quase maioria” experimentada no Senado (Siavelis, 2002). O caso brasileiro destaca-se ainda mais devido à possibilidade de emissão de decretos com força de lei (as Medidas Provisórias) e ao instituto da reeleição: se os primeiros têm respondido por parte substancial da agenda aprovada no Congresso, o segundo tem contribuído para amortecer as tendências centrífugas no interior das coalizões de governo.

Em ambos os países, o processo legislativo encontra-se centralizado nas mãos dos líderes, mas no Brasil o critério de distribuição dos recursos legislativos, proporcional ao tamanho das bancadas partidárias, confere mais recursos para a oposição em ambas as casas do Congresso. Em compensação, se na Câmara dos Deputados chilena a Concertación sempre se valeu de sua condição de força majoritária para assumir completo controle do processo legislativo (Carey, 2002), o mesmo não pode ser dito para o Senado. A presença dos senadores não eleitos, ademais da sobrerrepresentação da coalizão conservadora em decorrência da forma de distribuição de cadeiras no sistema binominal, fez com que os sucessivos governos de centro-esquerda tivessem que negociar com parcela da oposição para ter sua agenda aprovada.

Isso significa dizer que a competitividade das oposições no Brasil e no Chile – sua capacidade em influenciar o processo legislativo, disputando com o governo e adquirindo visibilidade política (Inácio, 2006) – é determinada por fatores distintos. No Chile, ela independe das regras que regulam a distribuição de recursos no Congresso; antes disso, encontra-se associada à densidade eleitoral dos partidos conservadores e às regras que compõem os órgãos decisórios (presença de senadores não eleitos e distribuição de cadeiras no binominal). Esses dois fatores, ao apontarem para uma relativa estabilidade nas expectativas futuras da coalizão opositora, diminuem o custo da não participação no Governo. No Brasil, o maior grau de incerteza associado à competição eleitoral faz com que os custos de ficar fora do governo sejam maiores, o que termina por aumentar a “atratividade” da coalizão governista. Tal poder de atração revelou-se, por exemplo, no sentido fortemente governista das trocas de partido efetuadas no país até recentemente (Melo, 2004, 2007). Ou, ainda, na adesão ao Governo Lula de partidos que haviam apoiado Fernando Henrique Cardoso, sendo que um deles, o PMDB, havia participado da chapa de José Serra (PSDB) em 2002. Isso faz com que a competitividade da oposição se encontre fortemente associada às regras de proporcionalidade partidária e à alocação de recursos e posições para a minoria no interior do Legislativo brasileiro, guardando relação mais tênue com os resultados eleitorais.

Finalmente, é preciso fazer referência ao terceiro aspecto ressaltado no início desta seção: o número de atores envolvidos no jogo e a distância entre suas preferências políticas, fatores que, conjugados, remetem ao problema de como aprovar a agenda de governo evitando ao máximo os custos da barganha e os problemas de coordenação.

No Brasil, frente ao caso chileno, os presidentes sempre tiveram que lidar com um quadro de maior fragmentação partidária e um menor grau de informação acerca de seus eventuais parceiros. Tal situação mereceu respostas

distintas dos presidentes eleitos após 1989. Enquanto Fernando Collor, na maior parte de seu Governo, optou por uma coalizão minoritária e composta exclusivamente por partidos situados à direita, FHC e Lula decidiram-se por coalizões amplas. Eleito por uma coligação de centro-direita composta pelo PSDB, pelo PTB e pelo DEM,<sup>5</sup> FHC iniciou seu primeiro Governo (1995-1999) buscando conformar uma coalizão ao mesmo tempo minimamente vitoriosa e programaticamente viável, incorporando o legislador mediano através de convite ao PMDB. O movimento, no entanto, revelou-se insuficiente e no segundo ano o presidente precisou ampliar a aliança, incorporando o PP, um partido conservador, à sua base de apoio. A coalizão assim constituída, ainda que mantivesse a contiguidade ideológica, passou a incluir um número de atores muito superior – 76% dos votos na Câmara (Figueiredo, 2006) – ao necessário para vencer as votações no Congresso. O processo conduzido por Lula foi mais tumultuado. A conformação de uma coalizão minimamente vitoriosa e ideologicamente conexa encontrava-se bloqueada em função da dinâmica adversarial estabelecida entre PT e PSDB, no jogo da eleição presidencial. A opção feita foi por iniciar o Governo com uma coalizão quase majoritária (43% das cadeiras na Câmara), mas ideologicamente desconexa – que se estendia da esquerda à direita sem contemplar nenhum partido ao centro (Anastasia *et al.*, 2007). Tal como seu antecessor, no segundo ano de Governo, Lula optou por incorporar o PMDB ao Ministério, movimento que, mais uma vez, se revelou insuficiente e teve de ser complementado, em meio à crise do mensalão, com o convite feito ao PP, em meados de 2005. No meio do caminho, o Governo perdeu apoio à esquerda, com a saída do PDT, do PPS e do PV, além de um grupo de deputados do próprio PT que optou por constituir o PSOL. No balanço de perdas e ganhos, o Governo completou os dois últimos anos de mandato com cerca de 70% dos votos na Câmara (Figueiredo, 2006). Ainda que se deva levar em conta o bloqueio parcial ao centro, não deixa de ser irônico que a mais heterogênea das coalizões do período recente no Brasil tenha sido constituída justamente pelo partido que sempre se notabilizou por um maior grau de “pureza ideológica”. Mas coalizões não são determinadas pela vontade unilateral do Executivo. Ainda que este se disponha, como de fato o fez, a utilizar os recursos disponíveis para conseguir adesões até compor uma base segura no Congresso, o sucesso de tal empreitada depende da disposição dos demais partidos em aderir, decisão que, por sua vez, tem a ver com como os líderes avaliam: (a) o grau de estrangimento sobre a ação parlamentar imposto pelo cenário eleitoral; e (b) o custo de ficar fora do Governo. Isso significa dizer que a formação de coalizões ideologicamente heterogêneas, ou não contíguas, sempre foi uma possibilidade presente no Brasil. Resta saber qual o impacto de tal fator no interior da coalizão.

Aqui o contraste com o caso chileno é óbvio. A existência de duas coalizões ideologicamente contíguas e eleitoralmente constrangidas desde o plebiscito de 1988 fez com que os sucessivos presidentes não tivessem escolha a não ser governar com o quadro surgido das urnas. Como destaca Maureira (2007, p. 23), dois anos depois de assumir a Presidência da República Lagos,

Enfrentou a mais adversa Câmara dos Deputados desde o retorno à democracia. A redução de 70 para 62 cadeiras do bloco situacionista, frente aos 58 assentos logrados pela oposição, fez com que diminuísse o respaldo às pretensões da agenda legislativa do governo.

Nesse quadro adquiriram importância tanto a possibilidade de se contar com votos da oposição, mais especificamente da Renovação Nacional, quanto a necessidade de um comportamento absolutamente cooperativo por parte da Concertación. Ao fim e ao cabo, Lagos foi bem-sucedido nos dois aspectos. Resta verificar como tais comportamentos – disciplina na coalizão situacionista e indisciplina na coalizão opositora – se relacionam com as preferências dos atores envolvidos.

## Partidos, coalizões e ideologia

O objetivo desta seção é estabelecer a posição ideológica dos partidos brasileiros e chilenos nas legislaturas analisadas. Optou-se por definir a posição ideológica de cada partido com base em uma média obtida a partir de três questões contidas no *survey* aplicado aos deputados. Tomando como base uma escala de 1 a 10, em que 1 representa a posição mais à esquerda e 10, a posição mais à direita, foi solicitado aos deputados que classificassem um conjunto de partidos que não o seu (pergunta 13), que se posicionassem individualmente (autoclassificação, pergunta 58) e que classificassem seu próprio partido (pergunta 59).

A introdução da pergunta 13 estabelece uma distinção relativa aos trabalhos produzidos pela equipe de pesquisadores de Salamanca (Alcántara Saez, 2003, 2006; Alcántara Saez, Luna, 2004; Ruiz, 2006), nos quais a posição ideológica dos partidos é obtida com base nas duas outras perguntas do *survey*. A mudança justifica-se uma vez que, através dos questionários aplicados nos dois países, porém mais claramente no Brasil, se observa uma tendência dos deputados pertencentes aos partidos conservadores de se autoclassificarem ao centro, tendência “corrigida” pela pergunta 13. Ademais, tal pergunta fornece informações sobre como os deputados de um determinado partido avaliam a

distância entre as suas preferências e as dos demais, o que pode ser um dado relevante para se entender a dinâmica das coalizões. Para o caso do Brasil, a pergunta 13 cobre apenas os seis maiores partidos. Mesmo assim, manteve-se a escolha por acreditar que se trata de trabalhar com informações as mais completas possíveis para determinar a posição de cada partido.

TABELA 1  
Posição ideológica dos partidos brasileiros segundo  
os deputados federais da legislatura 2002-2006

Partido	Número de Entrevistas	Autoclassificação		Classificação do partido		Classificação do partido pelos outros deputados		Ideologia do partido
		Média	Desvio	Média	Desvio	Média	Desvio	
PSOL	1	1,0	-	1,0	-	n.d.	-	1,00
PCdoB	2	1,00	0,0	1,00	0,0	n.d.	-	1,00
PT	23	2,43	1,08	3,39	1,07	4,44	1,90	3,42
PSB	6	3,67	1,51	3,50	1,64	n.d.	-	3,58
PPS	6	3,83	1,94	3,50	1,76	n.d.	-	3,67
PDT	3	3,33	0,58	4,00	0,00	n.d.	-	3,67
PV	2	4,50	0,70	4,00	1,41	n.d.	-	4,25
PSDB	12	4,17	0,72	4,42	0,99	6,89	2,00	5,16
PSC	2	5,00	-	5,50	0,70	n.d.	-	5,25
PMDB	20	4,84	1,21	5,32	0,89	6,39	1,36	5,52
PR	12	5,0	1,16	6,50	1,68	n.d.	-	5,75
PTB	14	5,14	1,23	5,57	1,22	7,75	1,55	6,15
DEM	16	5,69	1,25	6,63	1,26	8,56	1,66	6,96
PP	14	5,86	1,17	7,21	1,48	8,62	1,41	7,23
PRONA	1	8,0	-	8,0	-	n.d.	-	8,00

Fonte: Projeto PELA.

Na Tabela 1, a variável Ideologia do Partido é composta pela média aritmética dos resultados das variáveis p13, p58 e p59. Os dados permitem perceber que a maioria dos partidos brasileiros se distribui entre os pontos 3,4 e 7,2, indicando uma competição de caráter moderado. As posições mais extremadas de esquerda são ocupadas por dois pequenos partidos, o PSOL e o PCdoB, o mesmo ocorrendo à direita com o minúsculo PRONA – ainda que nesse caso as posições 9 e 10 estejam vagas. O resultado é compatível com a classificação usualmente adotada na literatura (Figueiredo, Limongi, 1999; Melo, 2007), ressalva feita ao PR, que geralmente é posicionado mais à direita do espectro.<sup>6</sup> Para cada uma das perguntas foi fornecido o desvio padrão. O Gráfico 1 mostra a distribuição espacial dos partidos.

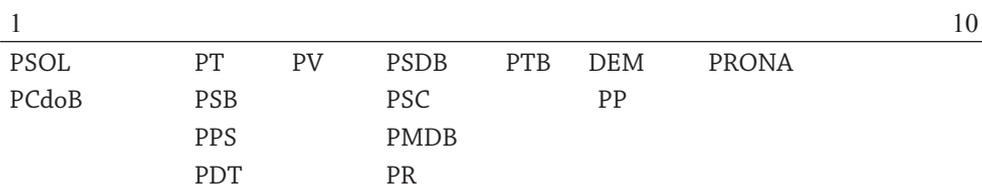


GRÁFICO 1: Distribuição espacial dos partidos brasileiros no espectro ideológico

Na Tabela 2 a seguir são apresentados os dados para o Chile. Nesse caso, o espectro da disputa política é mais amplo, indo da posição 2,47 até a posição 7,89, resultado coincidente com o desenvolvimento histórico do sistema partidário desse país, cabendo ao PDC abrigar o legislador mediano. Em uma comparação com o Brasil, chama a atenção o fato de que o espaço da direita se encontra mais claramente delimitado, como observa no Gráfico 2.

TABELA 2  
Posição ideológica dos partidos chilenos segundo os deputados federais na legislatura 2002-2006

Partido	Número de entrevistas	Autoclassificação		Classificação do partido		Classificação do partido pelos outros deputados		Ideologia do partido
		Média	Desvio	Média	Desvio	Média	Desvio	
PS	09	2,56	1,02	2,56	1,02	2,30	0,88	2,47
PPD	15	3,77	1,01	3,85	0,90	3,66	1,23	3,76
PRSD	04	4,20	1,12	4,20	0,46	3,75	0,96	4,05
PDC	18	5,06	1,06	5,28	0,67	4,62	1,13	4,99
RN	15	6,88	1,26	6,80	1,02	7,24	1,23	6,97
UDI	26	7,00	0,93	7,08	1,01	9,60	0,73	7,89

Fonte: Projeto PELA.



GRÁFICO 2: Distribuição espacial dos partidos chilenos no espectro ideológico

A Tabela 3 permite comparar as posições ideológicas tomando como referência as disjuntivas situação/oposição e esquerda/centro/direita. No caso brasileiro, é preciso ressaltar que, durante o Governo Lula, os diversos partidos que se situavam na oposição não assumiam a condição de uma coalizão e apresentavam posturas um tanto diferenciadas. O PDT abandonou o Governo no início de 2004, mas, durante aquele ano, ainda votou na maioria das vezes com a situação. O quadro mudaria em 2005 quando em apenas 35% das vezes sua liderança encaminhou posição de voto semelhante à do PT. O movimento

do PPS e do PV foi semelhante. DEM e PSDB, por sua vez, estiveram junto ao PT nos encaminhamentos de plenário, apenas em 5% e 8%, em 2004 e em 9% e 16%, em 2005 (Melo; Miranda, 2006): junto com o PRONA, compuseram o núcleo mais duro e consistente da oposição ao Governo.

TABELA 3  
Posição ideológica ponderada para situação/oposição  
e esquerda/centro/direita no Brasil e no Chile\*

Brasil	
Ideologia coalizão de governo (PT/PSB/PCdoB/PMDB/PL/PTB/PP)	5,15
Ideologia bloco de oposição (DEM/PSDB/PV/PPS/PDT/PSOL)	5,45
Ideologia coalizão (PSDB/PFL)	6,19
Ideologia esquerda**	3,23
Ideologia centro	5,59
Ideologia direita	7,11
Chile	
Ideologia Concertación (PS/PPD/PRSD/PDC)	4,05
Ideologia Alianza (UDI/RN)	7,55
Ideologia esquerda**	3,33
Ideologia centro	4,80
Ideologia direita	7,55

\* Os valores foram obtidos ponderando-se a posição ideológica dos partidos (Tabelas 1 e 2) pelo número de cadeiras ocupadas pelos mesmos.

\*\* Foram considerados partidos de esquerda, para os dois países, os situados entre as posições 1 e 3,9; aqueles situados entre 4,0 e 6,9 foram classificados como de centro; e os situados acima desse valor, como de direita.

Com a chegada de Lula à Presidência da República em 2002, deixou de haver coincidência entre a distribuição dos partidos no espectro ideológico e a disjuntiva situação/oposição. Como ressalta Melo (2007), o sistema partidário brasileiro, desde meados dos anos 1990, tem se estruturado com base em dois pólos: um em torno do PT – onde podem ser encontrados, sistematicamente, o PSB e o PCdoB e, de forma menos consistente, o PDT e o PPS

– e outro baseado na aliança PSDB/DEM. Entre esses dois blocos têm oscilado o PMDB, o PTB e o PP. Como seria de esperar, portanto, praticamente não existe distinção a ser feita entre o posicionamento ideológico médio da coalizão de apoio ao Governo Lula e do bloco de partidos situados na oposição. Contribuindo para borrar a distinção ideológica entre situação e oposição, ademais da adesão de partidos conservadores à coalizão de Lula, três partidos situados à esquerda – PDT, PSOL e PPS – abandonaram o Governo e passaram a alinhar-se ao DEM e ao PSDB nos encaminhamentos de plenário. Se a comparação for feita considerando apenas o núcleo duro da oposição (a coalizão PSDB/DEM<sup>7</sup>), a distinção torna-se algo mais clara, mas, ainda assim, é menor do que a observada para o caso chileno.

A observação das médias ponderadas obtidas para o caso chileno parece dar razão aos argumentos de Carey (2002) e de Alemán e Saiegh (2007), segundo os quais o sistema partidário chileno se encontra estruturado por duas coalizões claramente distintas. Não apenas a distância entre as médias obtidas para Concertación e Alianza é expressiva, como também se pode observar que os partidos de centro se encontram significativamente mais próximos da esquerda do que da direita. No caso brasileiro, o bloco de centro encontra-se mais próximo das posições da direita. Pelo menos em princípio, tal quadro anuncia maiores problemas de coordenação para a coalizão governista no Brasil do que no Chile.

Antes, no entanto, de se verificar esse ponto mais de perto, vale a pena explorar alguns desdobramentos possíveis a partir da pergunta 13, na qual, como se lembra, os deputados de cada um dos partidos foram instados a classificar as outras legendas (ver Tabela 4). No caso do Chile, a primeira observação a ser feita é que tanto os democratas cristãos quanto os socialistas e os deputados da RN classificam a UDI significativamente mais à direita do que os deputados dessa última (os quais posicionam seu partido em 7,08). Como seria de se esperar, a diferença é maior quando a pergunta é feita aos deputados do PS e do PDC, mas não deixa de ser expressivo perceber o quanto os legisladores da RN se sentem distantes de seus parceiros de coalizão, ao passo que a recíproca não é verdadeira: os entrevistados da UDI posicionam a RN em 6,71, posição muito próxima àquela definida pelos deputados dessa última para seu partido (7,08). Por outro lado, as opiniões cruzadas dos deputados da democracia cristã e dos socialistas coincidem quase perfeitamente.

TABELA 4  
Classificação ideológica dos partidos por seus pares no Brasil e Chile

Brasil			Chile		
PSDB	classifica DEM	7,33	RN	classifica UDI	8,81
	classifica PP	8,50		classifica PDC	4,63
	classifica PTB	7,75		classifica PS	2,06
	classifica PT	4,08	UDI	classifica RN	6,71
	classifica PMDB	5,83		classifica PDC	3,80
DEM	classifica PSDB	5,94		classifica PS	2,20
	classifica PP	8,36	PDC	classifica RN	7,44
	classifica PTB	7,25		classifica UDI	10,0
	classifica PT	4,20		classifica OS	2,56
	classifica PMDB	6,13	OS	classifica RN	7,78
PT	classifica DEM	9,65		classifica UDI	9,89
	classifica PP	9,22	classifica PDC	5,11	
	classifica PTB	8,48	-	-	
	classifica PSDB	7,57	-	-	
	classifica PMDB	6,70	-	-	

Fonte: PELA e Tabelas 1 e 2 deste trabalho.

No caso do Brasil, salta aos olhos como os petistas “deslocam” todos os demais partidos para a direita; mas, sem dúvida, isso é mais significativo quando são considerados os aliados PTB e PP, classificados em posição próxima à do mais ferrenho opositor de Lula (DEM) e em posição muito distante da definida pelos deputados daqueles partidos (5,57 e 7,21, respectivamente). Os deputados do PSDB e os do DEM coincidem com os partidos mais à direita do espectro são os governistas PTB e PP. Mas o PSDB se considera ideologicamente distante de seu principal parceiro, enquanto a recíproca não é verdadeira. Os deputados do antigo PFL consideram-se praticamente vizinhos dos tucanos no espectro ideológico: classificam o PSDB na posição 5,94 enquanto remetem seu partido para 6,3. Finalmente, os deputados do PSDB veem-se ideologicamente muito próximos daqueles eleitos pelo PT, opinião não correspondida.

## Ideologia e opiniões nas Câmaras de Deputados e no interior das coalizões

Resta agora verificar até que ponto as posições ideológicas aqui evidenciadas guardam relação com as opiniões dos deputados sobre uma série de questões. Para tanto se lançou mão de perguntas constantes nos *surveys* aplicados nos dois países. Tais perguntas se referem a quatro dimensões que, na análise de Alcántara Saez e Rivas (2006), contribuem para distinguir os partidos latino-americanos: democracia, estatismo, integração regional e valores.<sup>8</sup> Realizaram-se testes de comparação de médias (ANOVA) para verificar a ocorrência de diferença estatisticamente significativa entre o posicionamento ideológico dos partidos (apresentado na seção anterior) e as opiniões dos parlamentares acerca de questões relacionadas às quatro dimensões supracitadas. Inicialmente realizaram-se os testes para todos os partidos nas Câmaras dos Deputados no Brasil e no Chile (Tabela 5).

De imediato pode-se observar que o número de questões nas quais existe alguma conexão entre as respostas dadas pelo deputado e a posição ideológica de seu partido é mais expressivo no Chile do que no Brasil. No Chile, o percentual dos que respondem que, em contexto de crise, um regime autoritário pode ser preferível a um democrático (p3) aumenta significativamente à medida que se caminha para a direita do espectro partidário.<sup>9</sup> Aumenta também o percentual dos que dizem que os militares não representam uma ameaça à democracia (p5a), bem como o grau de confiança depositado nas Forças Armadas (p7e). No Brasil, a preferência pela democracia não varia com a posição ideológica, mas a opinião sobre os militares sim. Em ambos os países, a avaliação sobre o papel das eleições na resolução dos conflitos em uma democracia (p8) mostra relação com a posição ideológica, mas em cada caso estamos diante de um quadro distinto. No Chile, o ceticismo é expresso pelos deputados da UDI e da RN – um posicionamento que é compatível com a direção geral das respostas dadas às questões referentes à democracia. No Brasil, a esquerda mostra menos confiança nas eleições; provavelmente trata-se do que restou de uma concepção “movimentista” de partido, muito forte na origem do PT, ou de uma adesão à ideia de democracia “participativa”.

TABELA 5  
Testes de comparação de médias (ANOVA)  
Variável de teste: Ideologia Partidária na Câmara dos Deputados

		Brasil	Chile	
Democracia	Preferência por regime (p3)	1,889	9,538*	
	Forças Armadas como ameaça a democracia (p5a)	3,963**	8,747*	
	Confiança nas Forças Armadas (p7)	5,971*	9,400*	
	Papel das eleições na democracia (p8)	2,491**	2,708**	
Estatismo	Estado <i>versus</i> Mercado (p28)	31,813*	52,482*	
	Intervenção do Estado	Controlar os preços (p29a)	7,391*	10,399*
		Garantir uma educação fundamental e média ampla e gratuita (p29b)	0,126	4,584*
		Subsidiar a habitação (p29c)	0,377	4,190*
		Gerar emprego (p29d)	0,108	3,430**
		Garantir um sistema de aposentadoria e pensões (p29e)	3,081**	1,661
		Dar cobertura sanitária em geral (p29f)	0,061	2,929**
		Garantir uma educação universitária ampla e gratuita (p29g)	3,723**	9,822*
		Dar cobertura de seguro-desemprego (p29h)	3,541**	5,430*
		Proteger o meio ambiente (p29i)	1,566	4,701*
		Cobrir as necessidades básicas dos cidadãos (p29j)	1,423	4,314*
	Gasto Público	Infraestrutura (p33a)	0,356	0,227
		Saúde (p33b)	1,077	8,954*
		Segurança (p33c)	0,349	11,969*
		Educação (p33d)	0,672	2,584
		Defesa e Forças Armadas (p33e)	1,193	12,600*
		Seguro-desemprego (p33f)	2,504	11,839*
		Habitação (p33g)	0,587	0,175
		Aposentadoria e pensões (p33h)	0,426	5,088*
	Privatização (p35)	8,169*	3,849**	
Integração regional	Importância dos países latinos (p37b)	2,539	5,017*	
	Importância dos Estados Unidos (p37c)	9,627*	1,235	
	Opinião sobre integração Mercosul (p38b)	0,735	6,785*	
	Opinião sobre integração ALCA (p38e)	4,803*	0,367	
Valores	Religiosidade (p60b)	0,214	7,778*	
	Presença de valores religiosos na política (p61)	0,900	1,979	
	Aborto (p64)	2,634	9,851*	
	Divórcio (p65)	1,495	8,069*	

\*p < 0,01 \*\*p < 0,05

Quando a comparação é feita entre a posição ideológica e a disjuntiva “Estado *versus* mercado” (p28), observa-se que nos dois países há diferenças estatisticamente significativas e que deputados favoráveis a um maior grau de regulação da economia pelo Estado se situam consistentemente à esquerda. Ademais, quase todas as questões referentes ao grau de intervenção desejável do Estado (p29) e ao volume de gasto público a ser efetuado em áreas selecionadas (p33) mostram significância estatística entre os partidos chilenos, o que não é verdade para o Brasil. Novamente, a esquerda se revela mais estatista. Nos dois países, observa-se ainda que os partidos posicionados à direita do espectro ideológico são também aqueles com maior percentual de deputados propensos a privatizar todos os serviços públicos.

A direita chilena confere menos importância do que a esquerda a uma integração latino-americana e ao Mercosul. Por outro lado, a opinião sobre os Estados Unidos demarca os campos de modo significativo no Brasil, o que pode ser evidenciado também na pergunta sobre o pertencimento à ALCA: enquanto no Chile as preferências partidárias se aproximam, no Brasil a esquerda mostra-se refratária à tese.

Finalmente, as quatro últimas perguntas permitem dizer que as questões ligadas a valores – grau de religiosidade, presença de valores religiosos na política e opinião sobre divórcio e aborto – não apresentam diferenças estatisticamente significativas face ao posicionamento ideológico dos partidos no Brasil. O resultado é compatível com a menor relevância institucional que a Igreja possui na política brasileira. O caso chileno apresenta resultados diametralmente opostos. As posições ideológicas dos partidos e as opiniões dos legisladores nas questões sobre valores apresentam diferenças significativas, o que nos aponta para a importância que tais temas ainda têm na política desse país.

O próximo passo foi verificar o impacto da posição ideológica dos partidos no interior das coalizões governistas e oposicionistas nas duas Câmaras. O resultado é mostrado nas Tabelas 6 e 7.

TABELA 6  
 Testes de comparação de médias (ANOVA)  
 Variável de teste: Ideologia partidária dos partidos no interior das  
 coalizões governistas e opositoristas na Câmara dos Deputados do Chile

		Concertación	Alian-za	
Democracia	Preferência por regime (p3)	0,023	0,009	
	Forças Armadas como ameaça a democracia (p5a)	2,216	0,503	
	Confiança nas Forças Armadas (p7)	0,694	0,541	
	Papel das eleições na democracia (p8)	2,607	1,801	
Estatismo	Estado <i>versus</i> Mercado (p28)	1,406	2,507	
	Intervenção do Estado	Controlar os preços (p29a)	1,771	0,304
		Garantir uma educação fundamental e média ampla e gratuita (p29b)	2,742	0,304
		Subsidiar a habitação (p29c)	1,714	0,044
		Gerar emprego (p29d)	0,866	1,420
		Garantir um sistema de aposentadoria e pensões (p29e)	3,579*	0,388
		Dar cobertura sanitária em geral (p29f)	2,101	0,047
		Garantir uma educação universitária ampla e gratuita (p29g)	1,516	0,419
		Dar cobertura de seguro-desemprego (p29h)	1,361	1,275
		Proteger o meio ambiente (p29i)	3,293	0,321
		Cobrir as necessidades básicas dos cidadãos (p29j)	1,070	1,723
	Gasto Público	Infraestrutura (p33a)	0,036	0,148
		Saúde (p33b)	2,118	0,437
		Segurança (p33c)	1,498	0,635
		Educação (p33d)	1,960	1,642
		Defesa e Forças Armadas (p33e)	0,269	0,615
		Seguro-desemprego (p33f)	0,000	0,726
		Habitação (p33g)	0,436	0,524
		Aposentadoria e pensões (p33h)	0,149	0,628
		Privatização (p35)	0,652	0,341
Integração regional	Importância dos países latinos (p37b)	2,574	0,412	
	Importância dos Estados Unidos (p37c)	0,655	1,955	
	Opinião sobre integração Mercosul (p38b)	0,627	0,088	
	Opinião sobre integração ALCA (p38e)	1,348	0,627	
Valores	Religiosidade (p60b)	5,196*	2,406**	
	Presença de valores religiosos na política (p61)	1,430	0,818	
	Aborto (p64)	4,230*	2,262	
	Divórcio (p65)	1,734	2,865**	

\* p < 0,01 \*\*p < 0,05

TABELA 7  
 Testes de comparação de médias (ANOVA)  
 Variável de teste: Ideologia partidária dos partidos no interior das  
 coalizões governistas e oposicionistas na Câmara dos Deputados do Brasil

		Governo	Oposição	
Democracia	Preferência por regime (p3)	1,889	-	
	Forças Armadas como ameaça a democracia (p5a)	3,963**	0,606	
	Confiança nas Forças Armadas (p7)	5,971*	1,044	
	Papel das eleições na democracia (p8)	3,347**	6,597*	
Estatismo	Estado versus Mercado (p28)	15,145*	4,028*	
	Intervenção do Estado	Controlar os preços (p29a)	5,037*	2,378**
		Garantir uma educação fundamental e média ampla e gratuita (p29b)	0,626	0,523
		Subsidiar a habitação (p29c)	0,758	0,455
		Gerar emprego (p29d)	0,238	1,013
		Garantir um sistema de aposentadoria e pensões (p29e)	1,223	2,502
		Dar cobertura sanitária em geral (p29f)	0,667	0,325
		Garantir uma educação universitária ampla e gratuita (p29g)	2,853**	1,128
		Dar cobertura de seguro-desemprego (p29h)	2,077	2,658**
		Proteger o meio ambiente (p29i)	1,135	0,802
		Cobrir as necessidades básicas dos cidadãos (p29j)	1,977	0,733
	Gasto Público	Infraestrutura (p33a)	0,153	0,240
		Saúde (p33b)	0,382	0,340
		Segurança (p33c)	0,207	0,306
		Educação (p33d)	1,437	1,163
		Defesa e Forças Armadas (p33e)	0,568	0,903
		Seguro-desemprego (p33f)	1,234	1,088
		Habitação (p33g)	0,890	0,209
		Aposentadoria e pensões (p33h)	1,261	0,612
	Privatização (p35)	3,881**	8,754*	
Integração regional	Importância dos países latinos (p37b)	2,422	1,487	
	Importância dos EUA (p37c)	6,059*	4,125*	
	Opinião sobre integração Mercosul (p38b)	1,043	0,270	
	Opinião sobre integração ALCA (p38e)	1,977	3,898*	
Valores	Religiosidade (p60b)	1,266	3,046**	
	Presença de valores religiosos na política (p61)	0,615	1,015	
	Aborto (p64)	0,695	1,528	
	Divórcio (p65)	1,895	1,427	

\* p < 0,01 \*\* p < 0,05

No caso chileno (Tabela 6), ressalva feita à questão do gasto público com aposentadorias e pensões – questão na qual os deputados do PDC e do PRSD se mostram mais reticentes que seus aliados à esquerda –, a ideologia dos partidos só apresenta relação mais significativa com as questões aqui agrupadas no bloco de valores. A distinção é mais forte no interior da Concertación, em função da distância entre as preferências dos socialistas e dos democratas cristãos. Na Alianza, os deputados da UDI se mostram mais religiosos e conservadores que seus parceiros da RN. Seja como for, a comparação entre as Tabelas 5 e 6 deixa claro que, para o caso chileno, a distância entre as preferências, tal como medida pelas respostas colhidas pelos *surveys* aplicados aos deputados, é significativamente mais expressiva entre as coalizões do que em seu interior.

O mesmo não pode ser dito para o caso brasileiro (Tabela 7). Na coalizão de apoio ao presidente Lula, a posição ideológica do partido só não se encontra associada a uma diferença nas preferências dos deputados nas questões referentes a gasto público e valores. No que se refere à confiança nas Forças Armadas e à percepção destas como ameaça à democracia, ao potencial de resolução de conflitos das eleições na democracia, ao papel do Estado na economia, à atuação do Estado no controle de preços e na garantia de educação universitária ampla e gratuita, à política de privatização e ao papel dos Estados Unidos, os “dois lados” da coalizão de apoio a Lula expressam opiniões divergentes. O bloco de oposição, por sua vez, também se encontra dividido em questões importantes: o papel do Estado, a política de privatização, o papel dos Estados Unidos, a integração futura à ALCA, e a opinião sobre aborto e divórcio. Ainda que os resultados não sejam apresentados, pode-se adiantar que, uma vez reduzida a oposição a seu “núcleo duro”, o pertencimento a um dos dois partidos – PSDB ou DEM – não se encontra associado a qualquer das questões aqui examinadas, com exceção do pertencimento futuro à ALCA, ideia não plenamente abraçada pelos deputados do PSDB.

## Conclusão

Na comparação entre os dois países, o cenário brasileiro revela um universo de barganha mais complexo. As coalizões chilenas são constrangidas pelo sistema eleitoral e pela presença de uma clivagem estruturante (autoritarismo/democracia). No Brasil, as coalizões podem apresentar relativa autonomia face ao posicionamento eleitoral dos partidos como mostrou, de forma exemplar, a adesão do PMDB ao Governo Lula depois de ter ocupado a vaga de vice-presidência na campanha do PSDB, em 2002.

A distribuição de recursos e direitos legislativos é mais favorável à oposição no Brasil, mas isso não torna a oposição brasileira mais competitiva – dizendo de outra forma, não diminui a atratividade do Governo brasileiro *vis-à-vis* o chileno. No Chile, o custo de não participar no Governo é menor; a oposição, ainda que não vença, tem seu espaço garantido, seja pelo efetivo alinhamento de parte da sociedade com suas ideias, seja pelo “auxílio” prestado pelo sistema binominal ao facilitar a conquista de uma das cadeiras do distrito pela segunda lista. No Brasil, o maior grau de incerteza associado ao cenário eleitoral faz com que, para muitos partidos, a adesão ao Governo, seja qual for, se apresente como a alternativa de menor custo. Nesses casos, mais do que políticas, trata-se de maximizar postos e cargos no vasto aparato estatal brasileiro.

Isso ajuda a explicar os “dois lados” da coalizão de Lula. Como ressalta Melo (2008), não é de estranhar que a coalizão governista entre 2003 e 2006 tenha mostrado conflitos de natureza distinta a depender do “lado” que se observasse. Foram disputas pelo conteúdo das políticas que geraram o afastamento do PDT do Governo e a cisão no interior do PT. Mas foram os desentendimentos em torno da distribuição de recursos de poder que, de forma reiterada, mobilizaram as parcelas majoritárias de deputados e senadores de partidos como PR, PTB, PP e PMDB e causaram as maiores dores de cabeça ao Governo.<sup>10</sup>

Embora a diferenciação ideológica, bem como o grau de associação entre ideologia e posturas programáticas, seja menor na Câmara dos Deputados brasileira do que na chilena, na coalizão de apoio a Lula *a distância entre as preferências se reproduz quase integralmente no interior da coalizão governista*, ao contrário do verificado no Chile: lá o cenário observado no interior de cada uma das coalizões é significativamente distinto daquele visualizado na Câmara. Para além dos dados mostrados na Tabela 7, foi possível evidenciar como os parlamentares do PT, o partido formador da coalizão governista no Brasil, se sentem ideologicamente distantes de seus parceiros de jornada, em especial o PTB e o PP (Tabela 4). Tal desconforto dos petistas revela a sensação de participar de um arranjo circunstancial, forçado pela necessidade de alcançar uma maioria relativamente estável, mas carente de maior afinidade no que se refere às preferências dos deputados.

No Chile, a distância entre as preferências mostra duas coalizões distintas e internamente coerentes, ressalva feita à questão dos valores – mas deve-se lembrar que tais questões perderam relevância em comparação com o período anterior a 1973 (Torcal, Mainwaring, 2003; Ruiz, 2006). De fato, a Concertación apresenta-se como uma coalizão altamente disciplinada no interior do Congresso (Carey, 2002; Alemán, Saiegh, 2007; Maureira, 2007).

Por outro lado, embora a Alianza mostre uma distribuição de preferências ainda mais homogênea que a coalizão governista, os deputados da RN sentem-se ideologicamente distantes de seus parceiros da UDI, como se pode constatar pelas respostas dadas à pergunta 13. Tal constatação é compatível com a postura negociadora adotada pela RN durante o Governo Lagos (Maureira, 2007), quando o partido apoiou 36% das iniciativas do Executivo (contra 10% de apoio da UDI), e revela tensões na coalizão oposicionista. Segundo Maureira (2007), seria possível novamente falar em três campos no Legislativo chileno: um de apoio, outro de rechaço e um terceiro composto por parlamentares da RN, que, no Senado e na Câmara, se dispõe a negociar encaminhamentos conjuntos com o Governo. Também a análise de Siavelis (2002) aponta para a mesma direção ao mostrar que os governos Aylwin e Frei conseguiram aprovar suas respectivas agendas, mesmo sendo minoritários no Senado. Ou seja, embora Alemán e Saiegh (2007) estejam certos em dizer que a aproximação entre o PS e o PDC no interior da Concertación tenha modificado a dinâmica do sistema partidário e tornado difícil identificar claramente um centro, o fato é que a coalizão oposicionista apresenta em seu interior forças centrífugas que mostram descontentamento com a polarização vigente desde 1989. O lançamento da candidatura Piñera à presidência em 2005 seria a mais recente demonstração dessa tendência (Gamboa; Segóvia, 2006).

O funcionamento das coalizões governistas guarda relação com a capacidade do Executivo em atrair e manter os partidos em torno de uma mesa de negociação. Nos dois casos aqui analisados, os presidentes detêm os recursos, legislativos ou não, para tanto, como mostram o controle da iniciativa legislativa e o grau de sucesso na implementação da agenda governamental em cada um dos países.

O caso chileno, no entanto, pode ser apontado (Siavelis, 2002) como um exemplo de uso moderado de tais recursos (urgência, poder delegado de decreto e iniciativa orçamentária), graças à necessidade de estabelecer negociações no Senado. Se isso era verdade para os governos de Aylwin e Frei, é ainda mais para o período Lagos, em que a maioria na Câmara dos Deputados se viu reduzida à mais estreita margem desde a redemocratização. Pelo que se pode perceber por este trabalho, tal opção pode ter sido facilitada pelo fato de os problemas de coordenação no interior da Concertación serem de menor envergadura no que se refere à distribuição de preferências. No caso do Brasil, pode-se supor que a maior distância entre as preferências, em especial no interior da coalizão de apoio a Lula, tenha aumentado o peso dos recursos de ordem institucional – poderes do presidente e centralização congressual – para atrair e manter coligados os partidos da base governista.

## Notas

- 1 Cheibub *et al.* (2002, p. 189) dizem que o efeito da fragmentação é indeterminado: “as coalizões ministeriais se constituem quando o partido formador opta por políticas que se situam longe da preferência do partido que lhe está mais próximo no espectro político. Quando as preferências do partido formador e de algum outro (ou outros) com o qual ele constitui uma maioria estão próximas, o partido formador não tem nenhum incentivo para oferecer pastas ministeriais a outros partidos”. A afirmativa dos autores pressupõe, parece claro, que o presidente possua informações completas sobre as preferências dos demais partidos e que, ademais, todos os atores se orientam preferencialmente por políticas, e não por cargos. De toda forma, o efeito da fragmentação partidária sobre a formação de coalizões é mais bem avaliado tendo como referência o grau de heterogeneidade das preferências.
- 2 No Chile, até a reforma de 2005, os mandatos do presidente e dos congressistas não coincidiam. Ricardo Lagos foi eleito, em segundo turno, em janeiro de 2000 e governou até o início de 2006. A legislatura 2002-2006 cobre, portanto, 2/3 do mandato do socialista. Para o Chile, estão disponíveis os *surveys* aplicados nas legislaturas 1993-1997, 1997-2001 e 2001-2005 (Alcántara, 2003; Ruiz, 2006). O módulo referente ao Brasil foi conduzido por pesquisadores do Centro de Estudos Legislativos do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (DCP/UFMG).
- 3 Para um debate acerca dos efeitos do sistema binominal chileno ver Carey (2006); Nohle (2006); Siavelis, (2004, 2006); Anastasia *et al.* (2004).
- 4 O surgimento da candidatura Piñera, pela Renovação Nacional (RN), em 2005, bem como o padrão de votação deste partido no Governo Lagos (Maureira, 2007) apontam, no entanto, para um quadro um tanto mais complexo, onde a RN estaria se transformando em um partido pivotal. O ponto é convergente com as análises de Siavelis (2002) quanto ao desempenho do presidencialismo chileno.
- 5 A denominação *Democratas* foi assumida em 2007 pelo PFL, que havia surgido em 1984, como uma dissidência do PDS para apoiar a candidatura de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral.
- 6 O PL, criado em 1985, passou a se chamar Partido da República em 2006. É possível supor que, se se dispusesse da pergunta 13 para o caso do PR, o partido estaria situado mais próximo ao PTB.
- 7 Os dois partidos têm formado, de fato, uma coalizão. Estiveram juntos nas eleições presidenciais de 1994 e 1998 e voltaram a fazê-lo em 2006, depois de um desentendimento pontual nas eleições de 2002. No que se refere ao comportamento legislativo, no entanto, não houve solução de continuidade e os dois partidos têm mantido uma atuação articulada desde 1994.
- 8 Os autores mencionam cinco dimensões (estatismo, valores, imagem dos Estados Unidos, Forças Armadas, democracia). Optou-se por incorporar as questões sobre as Forças Armadas ao bloco sobre democracia, uma vez que foram os regimes militares a principal “alternativa” ao arranjo poliárquico na região. As perguntas estão relacionadas no Anexo deste trabalho.
- 9 As análises realizadas a seguir foram feitas com base nos resultados do teste de Tukey (*Post-Hoc Analyse*) para observar entre quais grupos aqui comparados verifica-se a diferença estatisticamente significativa encontrada no ANOVA. Ademais, os resultados descritivos do teste permitiram analisar a identificação do posicionamento ideológico dos partidos com as respostas dos parlamentares às questões utilizadas neste trabalho.
- 10 Tais conflitos estiveram associados à “rebelião” da base aliada no segundo semestre de 2004, que acarretou o trancamento da pauta por 25 MPs (Anastasia *et al.*, 2007) e contribuiu para que o Governo enfrentasse os primeiros meses de 2005 sem orçamento aprovado; à eleição de Severino Cavalcanti em fevereiro de 2005, para a Presidência da Câmara; e à denúncia do mensalão, feita por Roberto Jefferson, em junho do mesmo ano.

## Referências

ALCÁNTARA, Manuel. La ideología de los partidos políticos chilenos, 1994-2002: rasgos constantes y peculiaridades. *Revista de Ciencia Política*, v. 23, n. 2, 2003.

ALCÁNTARA SAEZ, Manuel (Org.). *Políticos y política en América Latina*. Madrid: Fundación Carolina; Siglo XXI, 2006.

ALCÁNTARA SAEZ, M.; LUNA, J. P. Ideologia y competencia partidária en dos post-transiciones: Chile y Uruguay en perspectiva comparada. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v. 24, n. 1, p. 128-168, 2004.

ALEMÁN, E.; SAIEGH, S. Legislative preferences, political parties, and coalition unity in Chile. *Comparative Politics*, v. 39, n. 3, p. 253-272, 2007.

AMORIM NETO, O. Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 479-519, 2000.

ANASTASIA, F.; INÁCIO, M.; MELO, C. R. Para um balanço da 52ª legislatura. *Plenarium*, Brasília, v. 4, p. 154-195, 2007.

ANASTASIA, F.; MELO, C. R.; SANTOS, F. *Governabilidade e representação política na América do Sul*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer; UNESP, 2004.

CAREY, J. Parties, coalitions, and the Chilean Congress in the 1990s. In: MORGENSTERN, S.; NACIF, B. (Org.). *Legislative politics in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

CAREY, J. Las virtudes del sistema binominal. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v. 26, n. 1, p. 226-235, 2006.

CHASQUETTI, D. Democracia, multipartidarismo y coaliciones en América Latina: evaluando la difícil combinación. In: LANZARO, J. (Org.). *Tipos de presidencialismo y coaliciones políticas en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

CHEIBUB, J. A.; PRZEWORSKI, A.; SAIEGH, S. Governos de coalizão nas democracias presidencialistas e parlamentaristas. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 187-217, 2002.

FIGUEIREDO, A. *Formação, funcionamento e desempenho das coalizões de governo no Brasil*. Belo Horizonte, 2006. (Trabalho apresentado no 5º Encontro da ABCP, Belo Horizonte, 26 a 29 de julho de 2006).

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. São Paulo: Editora FGV, 1999.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira. In: MELO, C. R.; ALCÁNTARA, M. (Eds.) *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

GAMBOA, R.; SEGOVIA, C. Las elecciones presidenciales y parlamentarias en Chile, diciembre 2005 – enero 2006. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v. 26, n. 1, p. 84-113, 2006.

INÁCIO, Magna. Presidencialismo de coalizão e sucesso presidencial no Brasil. Apresentado no 5º Encontro da ABCP, 26 a 29 de julho – Belo Horizonte, 2006.

KREHBIEL, K. *Pivotal politics: a theory of U.S. lawmaking*. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

LJPHART, A. *Modelos de democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LINZ, J. Presidencialismo ou parlamentarismo: faz diferença? In: LAMOUNIER, B. (Org.). *A opção parlamentarista*. São Paulo: Sumaré, 1991.

LINZ, J.; VALENZUELA, A. *The failure of presidential democracy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994.

MAINWARING, S. P. Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, n. 28-29, p. 21-74, 1993.

MAINWARING, S. P.; SHUGART, M. (Org.). *Presidentialism and democracy in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MARENCO, A. Devagar se vai ao longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada. In: MELO, C. R.; ALCANTARA, M. (Ed.). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

MAUREIRA, S. T. Conducta legislativa ante las iniciativas del Ejecutivo: unidad de los bloques políticos en Chile. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v. 27, n. 1, p. 23-41, 2007.

MELO, C. R. *Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MELO, C. R. Nem tanto ao mar nem tanto a terra. Elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. In: MELO, C. R.; ALCANTARA, M. (Ed.). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

MELO, C. R. A fragilidade da base aliada. *Teoria e Debate*, São Paulo, n. 75, p. 5-9, jan.-fev. 2008.

MELO, C. R.; MIRANDA, G. *Migrações e partidos no governo Lula*. Belo Horizonte, 2006. (Trabalho apresentado no 5º Encontro da ABCP, Belo Horizonte, 26 a 29 de julho de 2006).

NOHLEN, D. La reforma del binominal desde una perspectiva comparada. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v. 26, n. 1, p. 191-202, 2006.

RIKER, W. H. *The theory of political coalitions*. New Haven: Yale University Press, 1962.

RUIZ Rodrigues, Leticia. El sistema de partidos chileno: hacia una desestructuración ideológica? In: ALCANTARA; RUIZ (Ed.). *Chile: política y modernización democrática*. Barcelona: Bellaterra, 2006.

SANTOS, F. *O poder legislativo no presidencialismo de coalizão*. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: IUPERJ; Editora UFMG, 2003.

SARTORI, Giovanni. *Engenharia Constitucional*. Brasília: Editora UnB, 1996.

SIAVELIS, P. Exaggerated presidentialism and moderate presidents: executive-legislative relations in Chile. In: MORGENSTERN, S.; NACIF, B. (Ed.). *Legislative politics in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SIAVELIS, P. Sistema electoral, desintegración de coaliciones y democracia en Chile: ¿el fin de la Concertación? *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v. 24, n. 1, p. 58-80, 2004.

SIAVELIS, P. Electoral reform doesn't matter – or does it? A moderate proportional representation system for Chile. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v. 26, n. 1, p. 216-225, 2006.

SHUGART, M.; CAREY, J. M. *Presidents and assemblies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

TORCAL, M.; MAINWARING, S. The political recrafting of the social bases of party competition: Chile, 1973-1995. *British Journal of Political Science*, v. 33, n. 1, p. 55-84, 2003.

VALENZUELA, S.; SCULLY, T. Electoral choices and the party system in Chile: continuities and changes at the recovery of democracy. *Comparative Politics*, v. 29, n. 4, p. 511-527, 1997.

VALENZUELA, S. Reflexiones sobre el presente y futuro del paisaje chileno a la luz del pasado. *Estudios Públicos*, v. 75, p. 273-290, 1999.

## Anexo – Perguntas citadas no texto

### P.3

Com qual das duas frases a seguir o(a) Sr(a). concorda?

- A democracia é preferível a qualquer outro tipo de regime político (1);
- Em contextos de crises econômicas e instabilidade política, um Governo autoritário pode ser preferível a um democrático (2).

### P.5

Agora citarei alguns temas que, na atualidade, podem representar uma ameaça para a consolidação da democracia (em seu país). Na opinião do(a) Sr(a)., em que medida esses temas ameaçam a democracia (de seu país) *hoje*: ameaçam muito (4), ameaçam mais ou menos (3), ameaçam pouco (2), ou não ameaçam (1)?

P.5a

As relações entre as Forças Armadas e o Governo.

P.7

Em relação às pessoas, aos grupos e às instituições listados a seguir, gostaria de saber quanta confiança o(a) Sr(a). deposita em suas atuações na vida pública: confia muito (4), confia mais ou menos (3), confia pouco (2), ou não confia (1)?

P.7e

As Forças Armadas.

P.8

Em contexto de pluralismo político e de ampla competição partidária, em que medida o(a) Sr(a). concorda com a afirmação de que as eleições são *sempre* o melhor meio para expressar determinadas preferências políticas? Concorda muito (4), concorda mais ou menos (3), concorda pouco (2), ou discorda (1)?

P.28

Como o(a) Sr(a). sabe, atualmente existe um debate entre posições estatistas e as neoliberais em diversos países do continente. O(A) Sr(a). poderia me dizer se é mais favorável a uma economia regulada pelo Estado ou pelo mercado? Utilize a seguinte escala em que 1 indica “máxima presença do Estado na economia” e 5 indica “máxima liberdade para o mercado”.

P.29

Agora gostaria de conhecer a opinião do(a) Sr(a). sobre uma série de funções tradicionais do Estado. Pensando em termos gerais, gostaria que o(a) Sr(a). dissesse, para cada uma delas, qual deveria ser a postura do Estado: intervir muito (4), intervir mais ou menos (3), intervir pouco (2), ou não intervir (1)?

### P.33

Agora, vou mencionar diversas rubricas sobre gasto público. Gostaria que o(a) Sr(a). me dissesse se, para o Brasil, é melhor investir mais ou menos em cada uma delas? Mais (3), o mesmo (2), ou menos (1).

### P.35

Mudando de assunto, qual dos critérios a seguir sintetiza sua atitude pessoal em relação ao tema das privatizações dos serviços públicos?

- Privatizaria todos os serviços públicos (1);
- Só privatizaria aqueles serviços públicos de pouca rentabilidade (2);
- Privatizaria todos os serviços públicos com exceção dos que tivessem maiores consequências para a maior parcela da população (3);
- Deixaria as coisas em seu estado atual (4);
- Não privatizaria nenhum serviço público (5).

### P.37

Em sua opinião, com relação às áreas e países enumerados em seguida, quanto interesse o Governo (de seu país) deveria ter ao formular sua política externa: muito interesse (4), interesse médio (3), pouco interesse (2), ou nenhum interesse (1)?

#### P.37b

Os países da América Latina em geral.

#### P.37c

Os Estados Unidos.

### P.38

Dos vários fóruns internacionais dos quais (seu país) participa, qual é, na opinião do(a) Sr(a)., o grau de interesse do Brasil em pertencer a eles: muito interesse (4), interesse médio (3), pouco interesse (2), ou nenhum interesse (1)?

P.38b

Mercosul.

P.38e

Pertencimento futuro à ALCA.

P.60b

De acordo com seus sentimentos e crenças religiosas, como o(a) Sr(a). se posicionaria na escala seguinte, sabendo que 1 significa o “mínimo de religiosidade e prática religiosa” e 10 significa o “máximo de religiosidade e prática religiosa”?

P.61

Para concluir este tema, poderia me dizer se, na política, o(a) Sr(a). concorda com a presença de valores religiosos ou de princípios seculares (não religiosos)? Utilize a escala seguinte, em que 1 significa a “máxima inclinação pela presença dos valores religiosos na política” e 10 significa “máxima inclinação pela presença dos princípios seculares na política”.

P.64

Como o(a) Sr(a). se posicionaria em relação ao divórcio na escala seguinte, sendo que 1 significa “discordar totalmente” e 10 significa “concordar totalmente”?

P.65

Por favor, indique na escala seguinte sua opinião pessoal a respeito do aborto, sendo que 1 significa que “a mulher grávida é a única que tem direito a decidir sobre a moralidade do aborto e sua prática” e 10 significa que “o Estado deve declarar ilegal o aborto e penalizá-lo como qualquer outro delito”.